

# B O L E T I M

# MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



3.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1038

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Deliberações** (Sessão de 7 de janeiro de 2014):

**-Voto de Pesar (Deliberação n.º 01/AML/2014) (Subscrito pela Mesa, pelos Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes)**- «Eusébio da Silva Ferreira» [pág. 56 (14)].

**-Proposta n.º 876/2013 (Deliberação n.º 02/AML/2014)**  
- Deliberar sobre a transmissão, a título gratuito, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa (ABVL) da parcela de terreno com a área de 3000 m², sita na Rua António Dacosta, na Alta do Lumiar, em cumprimento de termo de transação judicial, de 5 de junho de 1998, no âmbito do processo n.º 419/95, 1.º Juízo Cível de Lisboa, 1.ª Secção, nos termos da proposta [pág. 56 (14)].

**-Proposta n.º 877/2013 (Deliberação n.º 03/AML/2014)** - Deliberar sobre a Proposta n.º 708/2013, reenviada pela Proposta n.º 877/2013, relativa à aquisição do prédio urbano sito na Rua José Dias Coelho, 27 e 29, tornejando para a Calçada da Tapada, 35 e 37, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato, nos termos da proposta [pág. 56 (18)].

**-Proposta n.º 920/2013 (Deliberação n.º 04/AML/2014)** - Deliberar sobre a Proposta n.º 337/2013, reenviada pela Proposta n.º 920/2013, relativa ao lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato, nos termos da proposta [pág. 56 (20)].

**-Proposta n.º 921/2013 (Deliberação n.º 05/AML/2014)** - Deliberar sobre a Proposta n.º 635/2013, reenviada Proposta n.º 921/2013, relativa à constituição de um direito de superfície sobre parcelas de terreno municipal, sitas na Quinta Marquês de Abrantes,

a favor do Clube Oriental de Lisboa, bem como à desafetação do domínio público para o domínio privado, de duas parcelas de terreno, sitas na Azinhaga dos Alfinetes, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato, nos termos da proposta [pág. 56 (31)].

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### Deliberações

Sessão de 7 de janeiro de 2014

- *Voto de Pesar* (Deliberação n.º 1/AML/2014) - Subscrito pela Mesa, pelos Grupos Municipais e Deputados Municipais Independentes:

#### Voto de Pesar pelo falecimento de Eusébio da Silva Ferreira

Faleceu no dia 5 de janeiro de 2014, com 71 anos de idade, Eusébio da Silva Ferreira, atleta português de mérito excecional que preencheu a sua carreira desportiva com inúmeros momentos gloriosos, presenciados e descobertos por várias gerações de adeptos de uma modalidade desportiva que não conhece fronteiras.

Fez sonhar e cumpriu um sonho.

Muitos sonharam ao escutarem os relatos radiofónicos das suas fintas sucessivas, outros viram sonhos realizados no momento em que uma bola de couro castanha era projetada, como nunca fora, com a inimaginável força do seu remate.

Desde muito cedo quis jogar e jogou com os melhores, contra os melhores, por todos foi reconhecido, respeitado e admirado, nas mais exigentes competições.

Numa época de duras realidades foi o herói veloz e criativo que fazia saltar de alegria milhões de pessoas em todo o mundo, oferecendo um sentimento de partilha e autoestima a povos que partilhavam uma língua. A imagem de Eusébio é um longo abraço entre continentes, a sua popularidade, em todos os países de língua oficial portuguesa, é um dos expoentes máximos da lusofonia.

Os seus feitos impeliram a seleção portuguesa e o seu clube, o Sport Lisboa e Benfica, para uma irreversível dimensão mundial. Não se esquecem, provavelmente nunca se esquecerão, a fase final do Campeonato do Mundo de Futebol de 1966, nem a Taça dos Campeões Europeus de 1962, conquistada em Amsterdão frente ao colosso Real de Madrid. Ambos os momentos protagonizados, principalmente, por Eusébio preenchem a galeria de imagens épicas que transformaram o futebol num palco de sonhos coletivos e de partilha de valores.

Sempre se afirmou por uma inabalável crença no seu mérito e, simultaneamente, por um incondicional respeito pelos adversários. Na vitória e na derrota soube cativar. Não surpreende que na hora da partida tenha recebido a homenagem de todos, mesmo daqueles que sempre enfrentou.

Lisboa foi a cidade que o acolheu e onde Eusébio quis permanecer, mesmo quando pôde partir.

A sua relação com a cidade não se confinou aos estádios onde jogava. A generosidade que o caracterizou, enquanto atleta, manteve-a enquanto embaixador permanente de um clube que onde compete leva «Lisboa», no nome e na alma.

O que fez por Lisboa fê-lo sempre pelo seu País.

Eusébio nunca evitou as pessoas, manteve-se sempre disponível para que o maior número pudesse experimentar o convívio com uma lenda. Não admira que aqueles que nunca o viram jogar, os mais jovens, tenham sido os primeiros a ordená-lo «seu rei» e a desejar-lhe um carinhoso descanso eterno.

A eternidade conquistou-a, também, pelo humanismo que demonstrou no relacionamento com os outros. Assim foi no bairro em que vivia, nos estabelecimentos que frequentava, nas ruas desta cidade que percorria.

Eusébio viveu entre nós e permanecerá no nosso imaginário.

Por tudo o que nos proporcionou, e significa, justifica que seja deliberado um sentido Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Lisboa e transmitido à família, à embaixada de Moçambique, à Federação Portuguesa de Futebol e ao Sport Lisboa e Benfica.

(Aprovado por unanimidade e aclamação.)

- *Deliberação n.º 2/AML/2013* (Proposta n.º 876/2013):

**Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transmissão para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa (ABVL) de parcela de terreno com a área de 3000 m², sita na Rua António Dacosta, na Alta do Lumiar, em cumprimento de termo de transação judicial, de 5 de junho de 1998, no âmbito do processo n.º 419/95, 1.º Juízo Cível de Lisboa, 1.ª Secção**

*Pelouros:* Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público.

*Serviço:* DMPRGU/DPSVP.

Considerando que:

- 1 - Através da Proposta n.º 4283, de 17 de outubro de 1968, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou alienar gratuitamente à Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa (ABVL), uma parcela de terreno, com a área de 3600 m², situada no gaveto formado pela Rua C e Avenida de Pádua da Malha de Olivais-Sul (cf. Anexo I, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- 2 - Por escritura outorgada a 6 de maio de 1969 foi concretizada a transmissão da supra identificada parcela de terreno, para construção da sede/quartel da ABVL, tendo este negócio jurídico ficado expressamente subordinado à condição de a Associação só poder ali promover a referida construção, sob pena de reversão, estabelecendo-se o prazo de quatro anos a contar daquela data para a conclusão das obras (cf. Anexo II, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- 3 - Em 1995, o Município interpôs ação judicial para obter a reversão do terreno, com fundamento em incumprimento das condições contratuais, designadamente o facto de não ter sido construída a sede/quartel da ABVL no terreno em causa, no prazo de quatro anos a contar da assinatura da respetiva escritura de cedência, ou seja, até 6 de maio de 1973;
- 4 - A ação judicial intentada pelo Município de Lisboa correu termos na 1.ª Secção do 1.º Juízo Cível de Lisboa e, em sede de recurso, no Tribunal da Relação de Lisboa, foi lavrado um termo de transação entre as Partes em litígio, a 5 de junho de 1998, no qual se estabeleceu (cf. Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido):
  - a) A entrega ao Município pela ABVL do terreno com a área de 3600 m², situada no gaveto formado pela Rua C e Avenida de Pádua, Olivais-Sul (Cláusula 1.ª);
  - b) A entrega pelo Município à ABVL de uma outra parcela de terreno, na Alta do Lumiar, Avenida Santos e Castro, com a área de 2670 m², para construção da sede/quartel da Associação (Cláusulas 2.ª e 4.ª);
  - c) O pagamento pelo Município à ABVL de uma indemnização no montante de 15 311 578\$00 (quinze milhões trezentos e onze mil quinhentos e setenta e oito escudos), acrescida de juros (Cláusula 5.ª).
- 5 - Em 22 de julho de 1998, cumprindo parcialmente o previsto no termo de transação, o Município procedeu ao pagamento da quantia anteriormente referida em c) supra (cf. Anexo IV, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- 6 - Até à presente o Município não cumpriu com a outra obrigação prevista no termo de transação, a saber, a transmissão da parcela de terreno sita na Avenida Santos e Castro, com a área de 2670 m², desde logo porque, entretanto, esta veio a ser afeta ao alinhamento das vias limítrofes e vedação da Escola Almada Negreiros;
- 7 - Foi agora possível identificar uma nova localização, na Rua António Dacosta, dando-se assim cumprimento à obrigação decorrente da transação judicial de 5 de junho de 1998;
- 8 - Apesar da parcela de terreno municipal, ora identificada, apresentar uma área total de 3000 m², superior em 330 m² à área da parcela anteriormente prevista, tal não se afigura relevante, atendendo ao tempo entretanto decorrido e ao facto se manter o objeto da construção;

- 9 - A parcela de terreno municipal a transmitir, sita na Rua António Dacosta, Alto do Lumiar, com a área total de 3000 m², irá resultar da anexação de 2475 m², a desanexar da descrição n.º 287 da freguesia da Charneca, por 510 m², a desanexar da descrição n.º 152 da freguesia da Charneca e por 15 m², a desanexar da descrição n.º 575 da freguesia da Ameixoeira (cf. Anexos V, VI e VII, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos);
- 10 - Não obstante o carácter gratuito da transmissão, foi promovida pelos Serviços a avaliação de mercado da parcela de terreno (cf. Anexo VIII, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);
- 11 - Importa, nestes termos, dar cumprimento ao estabelecido no termo de transação de 5 de junho de 1998, provendo a transmissão gratuita para a ABVL da parcela de terreno anteriormente identificada, no respeito por todas as condições então fixadas, designadamente as constantes da Proposta n.º 4283, de 17 de outubro de 1968.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugada com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal:

- A transmissão, a título gratuito, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, da parcela de terreno com a área total de 3000 m², sita na Rua António Dacosta, freguesia de Santa Clara, resultante da anexação de 2475 m², a desanexar do prédio descrito no registo predial sob o n.º 287, da freguesia da Charneca, de 510 m², a desanexar do prédio descrito no registo predial sob o n.º 152, da freguesia da Charneca e de 15 m², a desanexar do prédio descrito no registo predial sob o n.º 575, da freguesia da Ameixoeira, identificada a cor verde na Planta n.º 13/242/DPSVP (cf. Anexo IX, que se junta e se dá por integralmente reproduzido), e à qual se atribui, meramente para efeitos de registo, o valor de 15 000 euros (quinze mil euros), que corresponde a 5 euros/m² de terreno.

#### Condições de Acordo

- 1 - A parcela de terreno municipal a transmitir destina-se, exclusivamente, à construção da sede/quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa.
- 2 - A construção da sede/quartel deverá verificar-se no prazo de quatro anos, a contar da data de celebração do contrato.
- 3 - O desrespeito das condições previstas em 1 e 2 determinará a reversão da propriedade para o Município de Lisboa, o que a ABVL aceita desde já.

#### CONFRONTAÇÕES:

- Norte: Câmara Municipal de Lisboa (Centro de Saúde da Ameixoeira);
- Sul: Câmara Municipal de Lisboa;
- Nascente: Rua António Dacosta;
- Poente: Câmara Municipal de Lisboa.

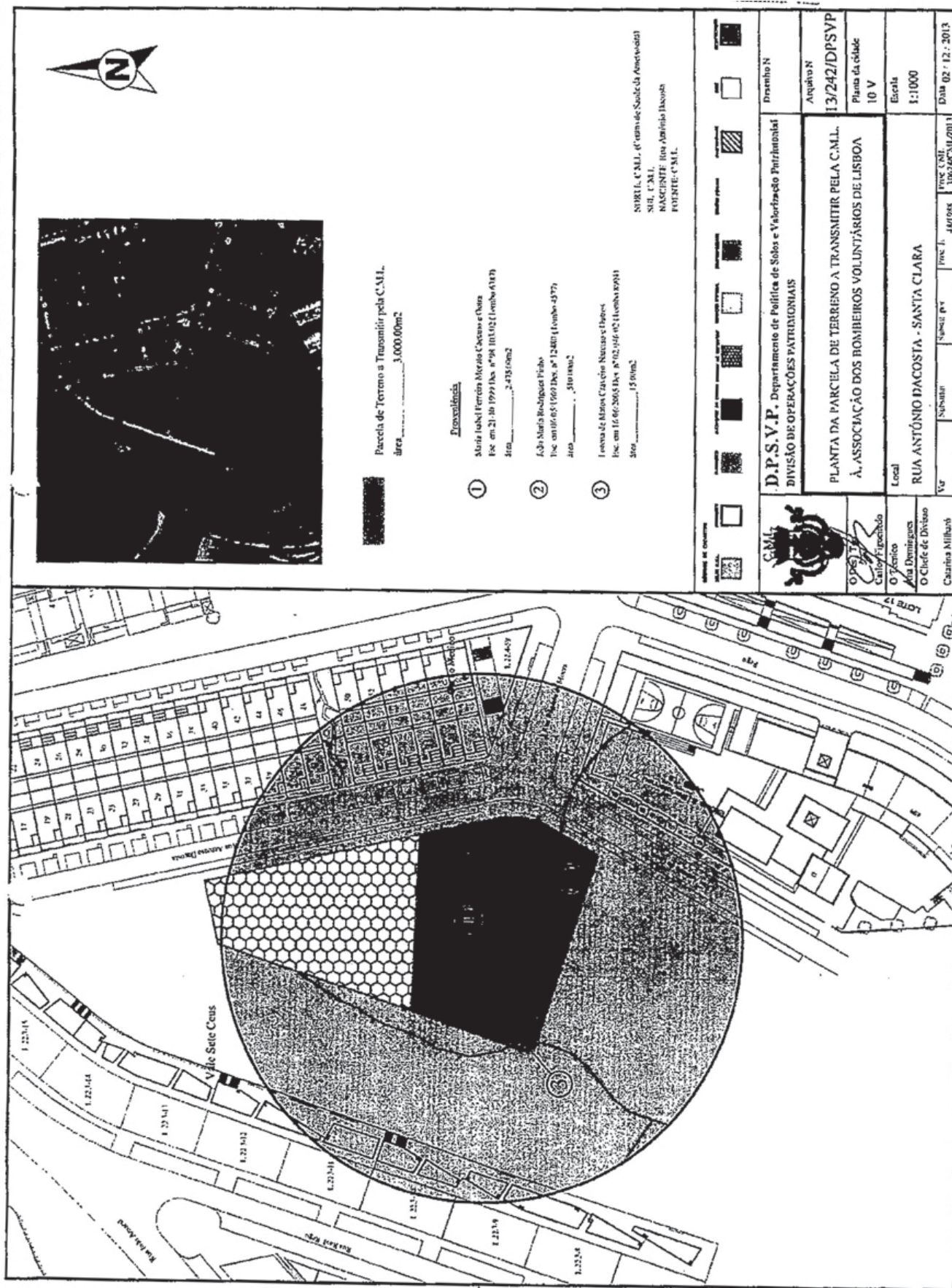
ANEXOS:

- I - Proposta n.º 4283, de 17 de outubro de 1968;
- II - Escritura outorgada entre o Município de Lisboa e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa a 6 de maio de 1969;
- III - Termo de Transação Judicial de 1998/06/05;
- IV - Comprovativo do pagamento da indemnização;
- V, VI e VII - Certidões prediais;
- VIII - Relatório de avaliação;
- IX - Planta n.º 13/242/DPSVP.

(Processo n.º 30 624/CML/13)

(Aprovada por unanimidade.)





- Deliberação n.º 3/AML/2013 (Proposta n.º 877/2013):

**Aprovar o reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 708/2013, relativa à aquisição do prédio urbano sito na Rua José Dias Coelho, 27 e 29, tornejando para a Calçada da Tapada, 35 e 37, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato**

*Pelouro:* Vereador Manuel Salgado.

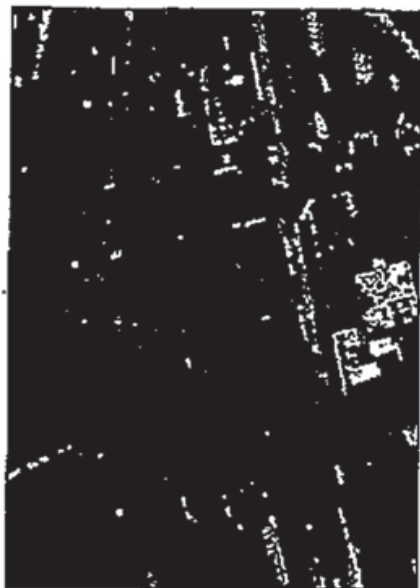
No Mandato que cessou com a tomada de posse do novo Executivo Camarário, ocorrida no dia 24 de outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 708/2013, submeter à Assembleia Municipal, a fim de ser, por esta, apreciada, a aquisição do prédio urbano sito na Rua José Dias Coelho, 27 e 29, tornejando para a Calçada da Tapada, 35 e 37, nos termos da proposta;

Sucede, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no Mandato transato e, atualmente, a competência para decisão da matéria em causa ou para revogação da deliberação anteriormente adotada, está cometida ao novo Executivo Camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de a reenviar para que seja apreciada pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da Proposta n.º 708/2013, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, PEV, PAN, PNPN, 4 Independentes e Presidente da AML), votos contra (PSD) e abstenções (BE, CDS/PP e MPT).]





Propriedade e Usos da C.M.L.  
Área total: 2.771,00m<sup>2</sup>

Parcela da Propriedade  
Área total: 2.771,00m<sup>2</sup>  
Parcela da Propriedade  
Área total: 2.771,00m<sup>2</sup>



		<b>D.P.S.V.P.</b> Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa e Valorização Patrimonial <b>REFEITO DE CONSULTA Nº 147/2013</b>	
<b>PLANTA DA PROPRIEDADE A TRANSFERIR À C.M.L.</b> <b>PARA, TERREIRA RUMAY DE VETIVER, ANTES PEDROSO E OUTROS</b>		<b>Assinatura</b> <b>13/11/2013</b> <b>7 B</b>	
<b>Local</b> <b>RUA JOSÉ DIAS CORREIA, Nº 27 e 29 TORREANDO PARA A</b> <b>CAIAÇA DA TAPADA, Nº 36 e 37</b>		<b>Escala</b> <b>1:1000</b>	
<b>Vic.</b>		<b>Data</b> 13/11/2013	



- Deliberação n.º 4/AML/2014 (Proposta n.º 920/2013):

**Aprovar o reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 337/2013, relativa ao lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato**

*Pelouro:* Vereador Manuel Salgado.

No Mandato que cessou com a tomada de posse do novo Executivo Camarário, ocorrida no dia 24 de outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 337/2013, submeter à Assembleia Municipal, a fim de ser, por esta, apreciada, o lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento;

Sucedem, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no Mandato transato e, atualmente, a competência para decisão da matéria em causa ou para revogação da deliberação anteriormente adotada, está cometida ao novo Executivo Camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de a reenviar para que seja apreciada pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da Proposta n.º 337/2013, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PAN, PNPN), votos contra (PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV e MPT) e abstenções (4 Independentes, Presidente da AML e 2 Deputados Municipais do PS).]



ANEXO VI



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Doc. n.º 337/2013

## ANEXO VI

### PROGRAMA DA HASTA PÚBLICA

#### **PARA A ALIENAÇÃO DE TRÊS FUTUROS LOTES DE TERRENO A CONSTITUIR NA RUA INÁCIO PARDELHAS SANCHEZ, NO BAIRRO DA LIBERDADE**

##### **1. OBJETO DA HASTA PÚBLICA**

A presente hasta pública tem por objeto a alienação, em conjunto, de três futuros lotes de terreno a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no âmbito da Operação de Reparcelamento no Bairro da Liberdade, identificados com os n.ºs 1, 2 e 3 na Planta n.º 13/094/DPSVP, com o encargo do adquirente realizar as respetivas obras de infraestruturação.

##### **2. CONSULTA DAS PEÇAS DA HASTA PÚBLICA E OBTENÇÃO DE CÓPIAS**

**2.1.** As peças da Hasta Pública encontram-se disponíveis para consulta no Departamento de Modernização e Sistemas de Informação – Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em Lisboa, nos dias úteis entre as 08h e as 20h, desde a data da publicação do Edital até às 20 horas do dia [data].

**2.2.** A cópia das peças poderá ser solicitada e levantada na morada indicada no número anterior, mediante o pagamento da quantia calculada nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo fixado para a entrega das propostas.

**2.3.** Os interessados poderão igualmente descarregar as peças da Hasta Pública no sítio da Internet [www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt)

**2.4.** É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

##### **3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS**

**3.1.** A entidade que preside à hasta pública é o Município de Lisboa representado pela Comissão para tal designada, instalada na Direção



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Municipal de Finanças – Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 9, Bloco A, em 1749-099 Lisboa, com os seguintes contactos: 21 798 8558 e [dmf.ccm.dpx@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.ccm.dpx@cm-lisboa.pt).

**3.2.** A Comissão é constituída pelos seguintes membros:

**a)** Presidente da Comissão:

Dr. António Inácio Carvalho

(Diretor do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

**b)** Vogais efetivos:

Dr.ª Maria Tereza de Matos Lopes de Melo dos Santos Felício

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

Dr.ª Carla Alexandra Fernandes Carvalho

(Central de Compras Municipal – Chefe da Divisão de Procedimentos)

**c)** Secretária:

Dr.ª Helena Cristina da Gama Dias

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

**d)** Vogais suplentes:

Dr.ª Fátima Maria Fernandes Barreto

(Central de Compras Municipal – Divisão de Procedimentos)

Dr. José Manuel Barbosa

(Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial)

**3.3.** Qualquer interessado poderá, no primeiro terço do prazo para entrega das propostas, a contar da publicação do anúncio, solicitar, por escrito àquela Comissão, para a morada indicada no número anterior, os esclarecimentos que entender por necessários.

**3.4.** O Município de Lisboa poderá recusar prestar os esclarecimentos solicitados se os entender absolutamente inadequados à formulação da proposta. Todos os esclarecimentos que mereçam resposta do Município de Lisboa serão publicados em Boletim Municipal e comunicados ao respetivo requerente durante o segundo terço do prazo para entrega das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

**3.5.** Simultaneamente com a publicação em Boletim Municipal e a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas.

#### **4. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA**

Apenas se podem habilitar à presente hasta pública, as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo 1.

#### **5. VALOR BASE DE LICITAÇÃO**

O valor base de licitação para a alienação, em conjunto, dos três futuros lotes de terreno a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no âmbito da Operação de Reparcelamento no Bairro da Liberdade, é de € 1.000.000,00 (um milhão de euros).

#### **6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS:**

**6.1.** Todos os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada nos termos do Anexo I;
- b) Certificado do registo criminal do candidato e, no caso de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e de cada membro dos órgãos de gestão (gerência, administração, direção);
- c) Código de acesso à certidão permanente do registo comercial ou fotocópia simples da certidão de registo comercial emitida pela conservatória do registo comercial, válida e atualizada;
- d) Certidão comprovativa de que a situação tributária do candidato se encontra regularizada ou comprovativo da autorização conferida para que o Município de Lisboa proceda à respetiva consulta em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt);
- e) Certidão comprovativa de que a situação do candidato se encontra regularizada perante a segurança social ou comprovativo da autorização



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

conferida para que o Município de Lisboa proceda à respetiva consulta em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

f) Em caso de representação do candidato na hasta pública em que terá lugar a licitação, procuração, elaborada nos termos do Anexo II, ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar poderes num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de 2 (dois) ou mais membros do órgão de gestão.

**6.2.** Todos os documentos a que se referem as alíneas anteriores terão necessariamente de ser redigidos em língua portuguesa.

## **7. PROPOSTA**

A proposta deverá ser elaborada de acordo com o modelo junto como Anexo III, com indicação do preço oferecido, de valor igual ou superior ao preço base de licitação, sob pena de exclusão da proposta.

## **8. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** Os documentos referidos em 6.1 supra, são apresentados em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“DOCUMENTOS”**.

**8.2.** As propostas de preço são apresentadas em invólucros opacos e fechados, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“PROPOSTA”**.

**8.3.** Os invólucros referidos nos números anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“SOBRESCRITO EXTERIOR”**, bem como a designação da hasta pública e da entidade que a lançou.

## **9. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

## 10. ENTREGA DAS PROPOSTAS

10.1. As propostas são remetidas pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo as mesmas, em qualquer dos casos, dar entrada no Departamento de Modernização e Sistemas de Informação – Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em 1749-099 Lisboa, até às 20:00 horas do dia [data].

10.2. Se o envio das propostas for efetuado pelo correio ou entregue em local diferente do indicado no ponto anterior, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

## 11. CAUSAS DE EXCLUSÃO

11.1. Constituem causas de exclusão dos candidatos:

- a) A não apresentação de um qualquer dos documentos exigidos no ponto 6.º do presente Programa;
- b) A não apresentação da proposta até à data limite fixada no n.º 1 do ponto 10.º do presente Programa;
- c) A existência de dívidas ao fisco ou à Segurança Social;
- d) A existência de dívidas ao Município de Lisboa, por período superior a 60 (sessenta) dias para além do prazo de liquidação, situação que, a ser apurada posteriormente, leva a que a adjudicação seja considerada sem efeito, sucedendo, nesse caso, o proponente com a segunda melhor proposta ou que haja licitado o segundo valor mais elevado.

11.2. Constituem causas de exclusão das propostas:

- a) A não observação do disposto nos pontos 7.º e 8.º do presente Programa;
- b) A apresentação de proposta condicionada ou que envolva alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

c) A apresentação de valores inferiores ao valor base de licitação indicado no ponto 5.º do Programa.

## **12. LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO**

**12.1.** O ato público realizar-se-á às 10.00 horas do dia [data], na sala de concursos da Divisão de Procedimentos, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 1, Bloco F, em 1749-099 Lisboa.

**12.2.** Só podem intervir no ato público os candidatos e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados, com poderes para o ato, bastando, para tanto, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, elaborada nos termos do Anexo II, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes.

## **13. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO**

**13.1.** Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da pasta pública e à abertura dos sobrescritos exteriores recebidos, bem como os relativos aos "Documentos" mencionados no ponto 6.º, mantendo-se inviolados os invólucros das "Propostas" a que alude o ponto 8.3 do presente Programa.

**13.2.** A Comissão procede, depois, à leitura da lista de candidatos elaborada de acordo com a ordem de entrada das propostas entregues.

**13.3.** Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos e dos seus representantes.

**13.4.** As "Propostas" são guardadas num invólucro opaco e fechado, que deve ser assinado pelos membros da Comissão.

**13.5.** De seguida, interrompe-se o ato público para a Comissão proceder, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos.

**13.6.** A Comissão rubrica os documentos mencionados no número anterior, e procede à sua análise, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

proponentes, sendo que são excluídos os proponentes que se enquadrem numa das situações previstas no ponto 11.º do presente Programa.

**13.7.** Reaberto o ato público, a Comissão transmite as deliberações tomadas, dando-se continuidade àquele ou fixando-se dia e hora para a continuação do mesmo.

**13.8.** Depois, a Comissão procede à abertura dos invólucros das "Propostas" a que se refere o artigo 7.º, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos candidatos, devendo ser excluídos os que não cumpram o disposto no ponto 7.º do presente Programa.

**13.9.** De imediato, é aberta a praça iniciando-se a licitação a partir do valor mais elevado apresentado nas Propostas admitidas.

**13.10.** No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito, nos termos constantes da alínea f) do ponto 6.1 do presente Programa.

**13.11.** Os lances não poderão ser inferiores a € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros).

**13.12.** A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

#### **14. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA**

Encerrada a licitação, a comissão procede à adjudicação provisória do prédio a quem tenha apresentado o valor mais elevado.

#### **15. NÃO ADJUDICAÇÃO**

**15.1.** Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Não tenha sido apresentada qualquer proposta;
- b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) A licitação não for igual ou superior ao valor base de licitação indicado no ponto 5.º;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

d) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;

e) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da Hasta Pública, o justifiquem.

**15.2.** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os candidatos.

**15.3.** No caso da alínea d) do número anterior, dar-se-á início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

#### **16. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das suas licitações, pelo prazo de sessenta dias, contado a partir da data do encerramento do ato público.

#### **17. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA**

A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal, devendo o interessado ser notificado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do despacho de adjudicação definitiva.

#### **18. MINUTA DO CONTRATO**

O adjudicatário definitivo fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato escrito no prazo de 8 dias úteis a contar da data da receção da respetiva minuta, findo o qual, se o não fizer, a mesma se considerará aprovada.

#### **19. ENCARGOS**

São encargos dos candidatos as despesas inerentes à elaboração das propostas e, no caso do adjudicatário definitivo, os custos e emolumentos relativos à celebração do contrato de compra e venda.





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SOLOS E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

## **20. TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE**

**20.1.** O contrato de venda de bens futuros (três lotes de terreno para construção) a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no âmbito da Operação de Reparcelamento no Bairro da Liberdade, deverá ser celebrado no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que vier a ocorrer a tomada de posse administrativa dos prédios particulares pelo Município de Lisboa.

**20.2.** O Município de Lisboa notificará por escrito o adjudicatário definitivo da data da celebração do respetivo contrato, com a antecedência mínima de 15 dias úteis.

**20.3.** No caso de o adjudicatário definitivo não comparecer na data prevista para a celebração do contrato, sem motivo justificado, perderá o valor da totalidade das quantias entregues ao Município de Lisboa.

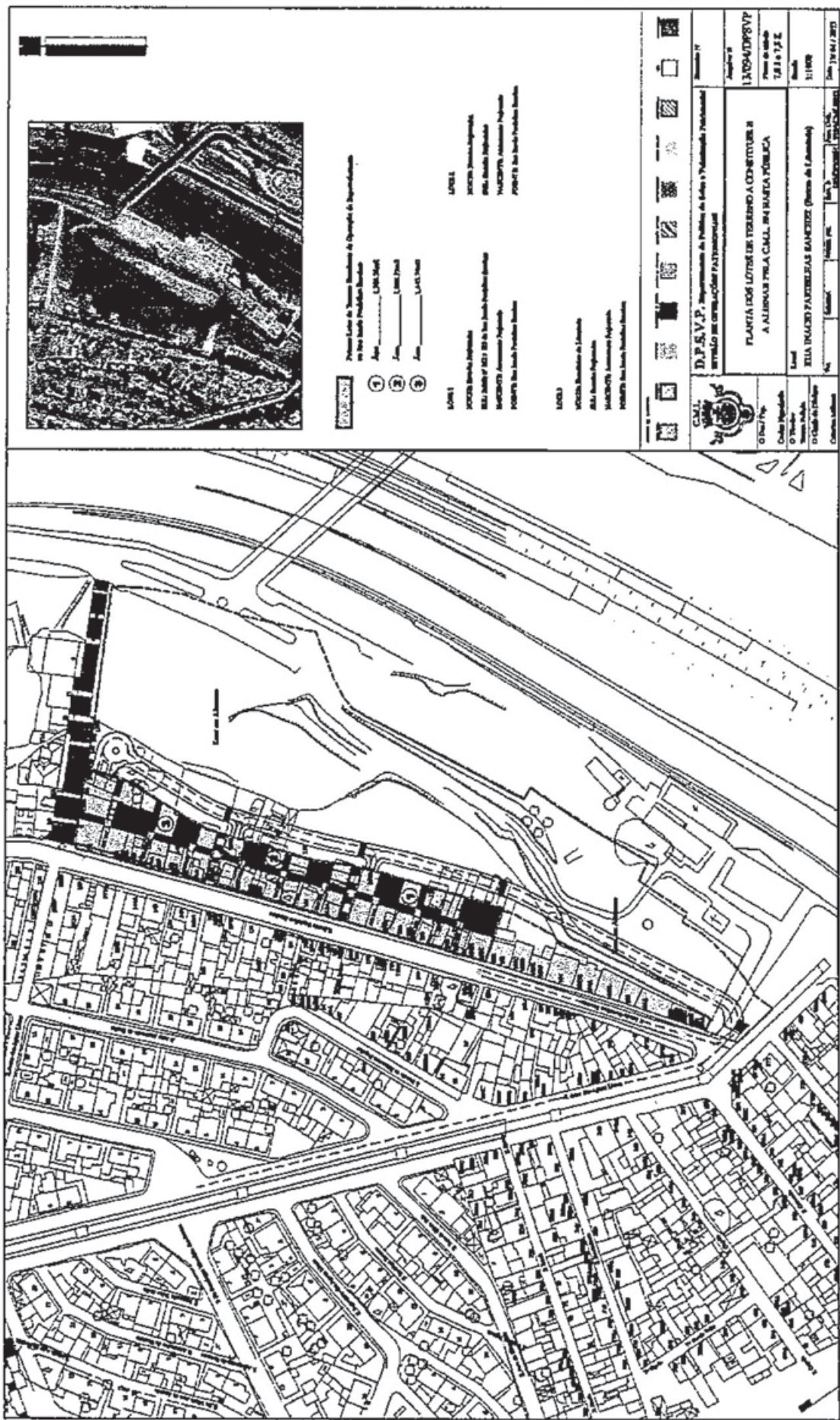
**20.4.** O adquirente deverá liquidar, na data da celebração do contrato de compra e venda de bens futuros, o montante correspondente a 10% do valor adjudicado.

**20.5.** O remanescente do preço de aquisição, correspondente a 90% do valor adjudicado, deverá ser liquidado pelo adquirente na data da celebração do contrato de determinação dos lotes de terreno.

**20.6.** Os montantes previstos em 20.4 e 20.5 deverão ser liquidados por cheque visado à ordem do Município de Lisboa ou por transferência para conta bancária do Município.

## **21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

À presente hasta pública é aplicável o Regulamento do Património, aprovado pelo Despacho do Presidente da Câmara de 6 de Janeiro de 1968, na redação dada pela Deliberação n.º 105/AM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 604, de 15 de Setembro de 2005 e subsidiariamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação atual e demais legislação em vigor.



- Deliberação n.º 5/AML/2014 (Proposta n.º 921/2013):

**Aprovar o reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 635/2013, relativa à constituição de um direito de superfície sobre parcelas de terreno municipal, sitas na Quinta Marquês de Abrantes, a favor do Clube Oriental de Lisboa, bem como à desafetação do domínio público para o domínio privado, de duas parcelas de terreno, sitas na Azinhaga dos Alfinetes, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato**

*Pelouro:* Vereador Manuel Salgado.

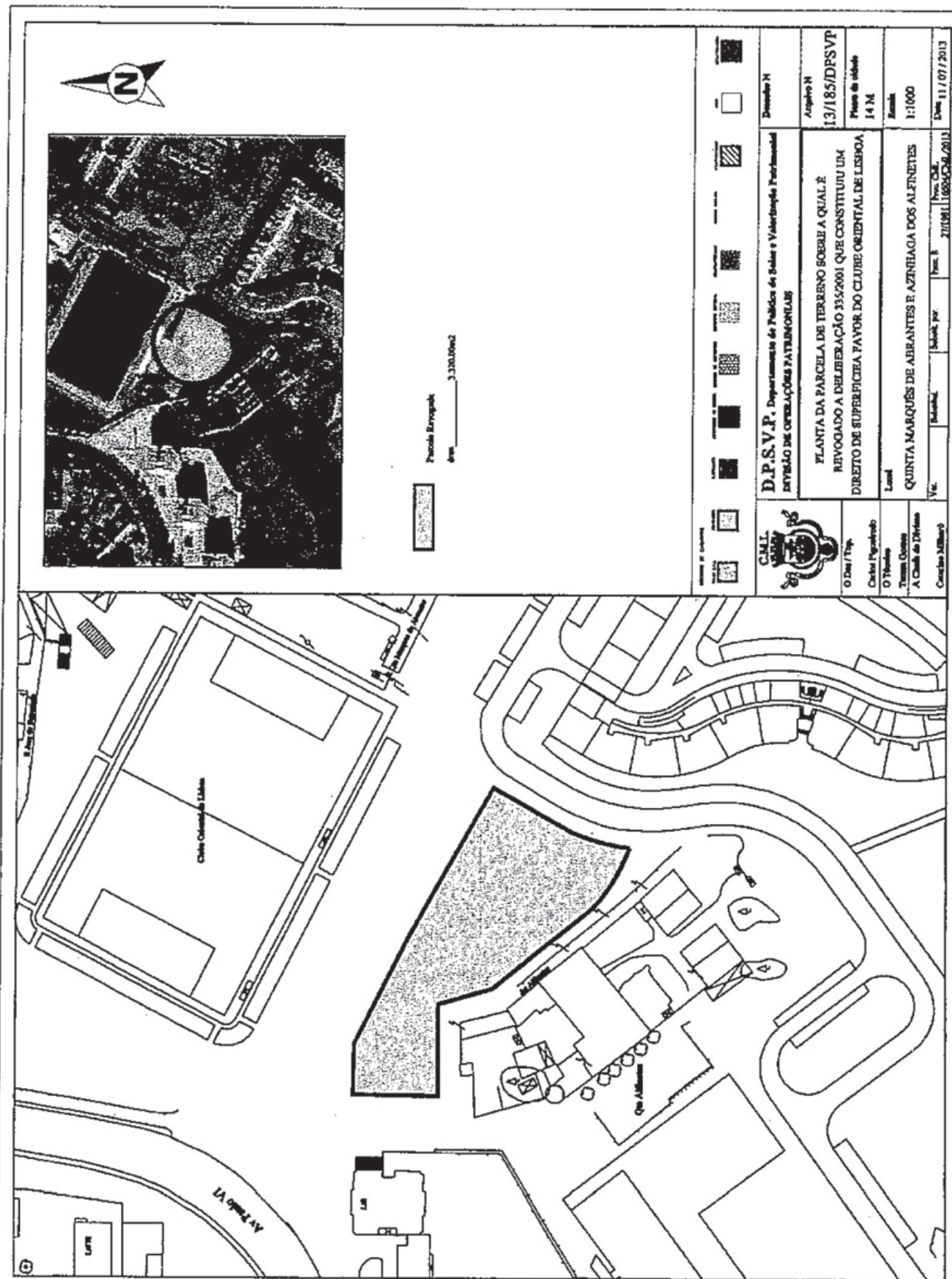
No Mandato que cessou com a tomada de posse do novo Executivo Camarário, ocorrida no dia 24 de outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 635/2013, submeter à Assembleia Municipal, a fim de ser, por esta, apreciada, a constituição de um direito de superfície sobre parcelas de terreno municipal, sitas na Quinta Marquês de Abrantes, a favor do Clube Oriental de Lisboa, bem como a desafetação do domínio público para o domínio privado de duas parcelas de terreno com a área de 124 m<sup>2</sup> e 11 m<sup>2</sup>, sitas na Azinhaga dos Alfinetes;

Sucedo, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no Mandato transato e, atualmente, a competência para decisão da matéria em causa ou para revogação da deliberação anteriormente adotada, está cometida ao novo Executivo Camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de a reenviar para que seja apreciada pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da Proposta n.º 635/2013, aprovada em reunião de Câmara durante o Mandato transato.

(Aprovada por unanimidade.)

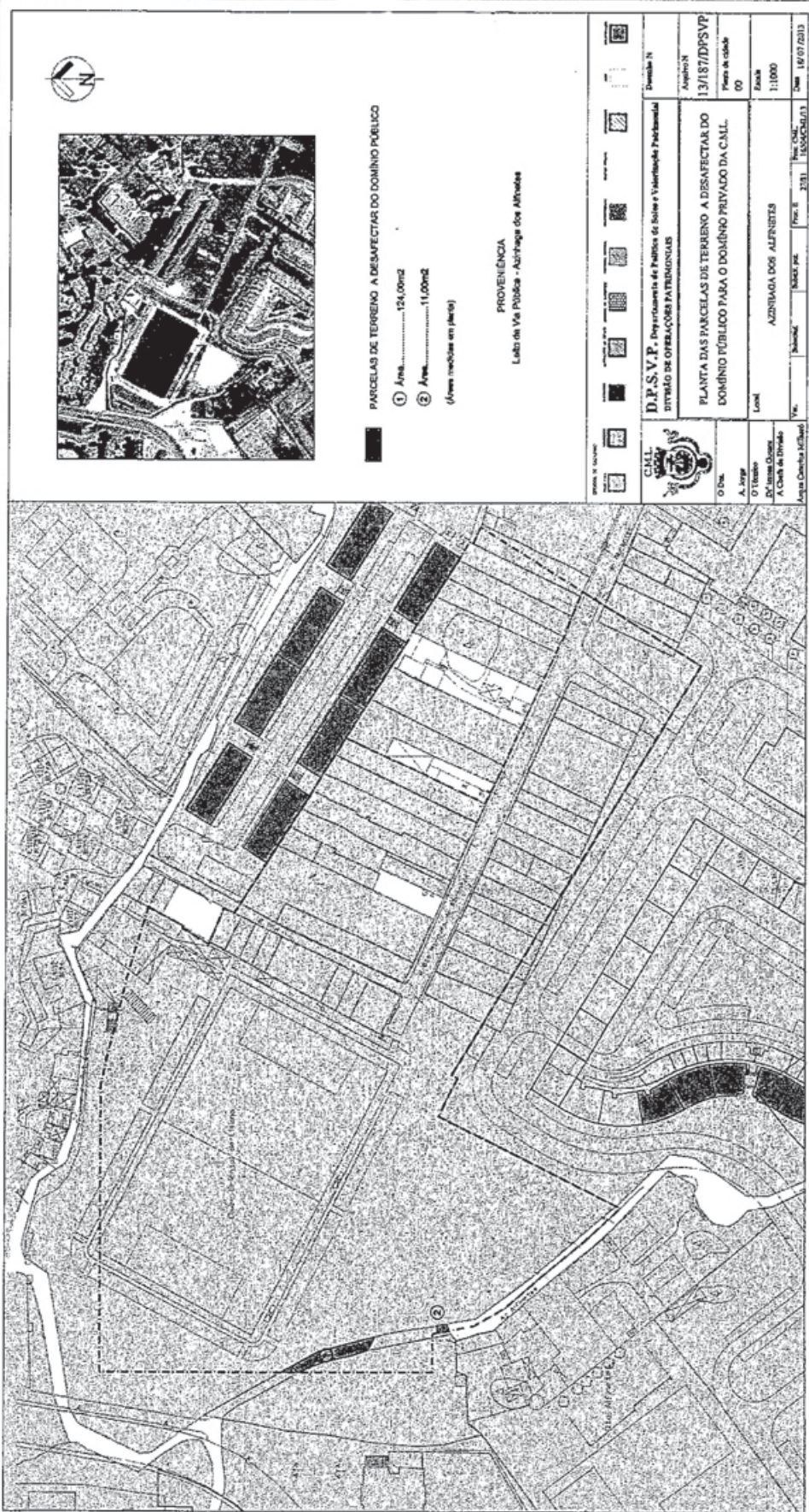














*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

**ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11**

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal*  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** [boletim.municipal@cm-lisboa.pt](mailto:boletim.municipal@cm-lisboa.pt)